

# PROBLEMAS AGRÁRIOS DO LITORAL PARANAENSE: ABORDAGEM HISTÓRICA<sup>1</sup>

## *AGRARIAN PROBLEMS IN THE PARANÁ'S COAST REGION: HISTORICAL APPROACH*

Ricardo Serra BORSATTO<sup>2</sup>  
Michelle Melissa Althaus OTTMANN<sup>3</sup>  
Nilce Nazareno da FONTE<sup>4</sup>  
Homero Amaral CIDADE JÚNIOR<sup>5</sup>  
Elsi do Rocio Cardoso ALANO<sup>5</sup>  
Valdo José CAVALLET<sup>4</sup>

### RESUMO

Neste artigo é realizada uma abordagem histórica do meio rural do litoral paranaense, para que esta subsidie processos de reflexão sobre o desenvolvimento rural desta região. Para o alcance dos objetivos propostos utilizaram-se técnicas de pesquisa qualitativa, como: revisão literatura, observação participante e entrevistas semi-estruturadas. A realização desta abordagem histórica ajuda a compreender as causas de muitos dos problemas presentes e fornece um ferramental teórico que pode contribuir para a superação dos mesmos. Por fim chega-se a conclusão de que os pequenos agricultores foram historicamente excluídos dos processos de desenvolvimento e propõe-se algumas premissas que devem ser consideradas na concepção de projetos para o desenvolvimento rural desta região, como: apoio prioritário aos agricultores familiares, organização social das comunidades locais, a participação da população local, a educação ambiental como importante fator, o respeito as diferentes características culturais da população e a busca de soluções endógenas para o desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** desenvolvimento rural; agricultura familiar; comunidades tradicionais.

### ABSTRACT

In this article is developed a historical approach of the rural area from Parana's coast region, with the intention of subsidizing reflections processes about rural development. To achieve its proposed aims, the study used qualitative research techniques such as: bibliographic review, participatory observation and semi-structured interviews. The execution of this historical approach helps to comprehend the causes of many problems presented, and provide theoretical implements that can contribute to overcome them. Thereafter it concludes the small farmers were historically excluded from the development processes and purpose some premises that must be considered in the conception of rural development projects for this region such as: priority to family agriculture, local communities social organization, local people participation, environmental educations as a important factor, respect to the different people cultures and the search for endogenous solutions for the regional development.

**Key-words:** rural development; family agriculture; traditional communities.

<sup>1</sup> Este artigo contém parte (reformulada) da dissertação de mestrado do primeiro autor

<sup>2</sup> Eng. Agrônomo, Doutorando em Engenharia Agrícola - UNICAMP-FEAGRI. E-mail: rsborsat@ig.com.br.

<sup>3</sup> Eng. Florestal, Mestre em Agronomia. E-mail: michellealthaus@hotmail.com.

<sup>4</sup> Prof(a). Dr(a)., Curso de Pós - Graduação em Produção Vegetal, Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Universidade Federal do Paraná, UFPR.

<sup>5</sup> Mestrando (a) em Agronomia - Produção Vegetal, Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Universidade Federal do Paraná, UFPR.

## INTRODUÇÃO

Apesar do litoral paranaense se encontrar próximo à região metropolitana de Curitiba, que por sua vez pode ser considerada o maior pólo estadual de recursos econômicos e científicos para lidar com a questão agrária, é de fácil percepção a grande quantidade de problemas que persistem em seu meio rural e a sua incapacidade de encontrar soluções que levem a um desenvolvimento rural sustentável da região.

Atualmente, o meio rural do litoral paranaense se caracteriza pelos seus paradoxos, já que possui grandes riquezas ambientais e culturais, mas ainda apresenta graves problemas sociais; apresenta valiosos remanescentes naturais com crescentes níveis de degradação; e permanece subdesenvolvido apesar de seu potencial econômico.

A relevância de se realizar uma abordagem histórica das questões agrárias desta região pode ser justificada, pois no decorrer de sua história já se tentou impor diversos modelos de desenvolvimento que falharam em seu objetivo maior. Ao se estudar as causas destes fracassos verificou-se que as abordagens destes projetos, em geral, eram pontuais, descontextualizadas, compartimentalizadas e não integradas com a sociedade local. Isto, na prática, se refletiu em projetos baseados em mirabolantes “pacotes prontos”, homogeneizadores, planejados por pessoas externas às comunidades locais, e que por fim beneficiaram, em geral, somente uma pequena elite, relegando a grande massa populacional a continuar em sua situação de penúria.

Desta forma, a realização de uma abordagem sobre a história do meio rural do litoral paranaense, ajuda a compreender as causas de muitos dos problemas presentes na região, fornecendo um ferramental teórico que pode ajudar na superação destes, já que por meio dela é possível contextualizar os problemas, propiciando uma abordagem mais sistêmica e holística da realidade local.

Portanto, ao buscar entender o passado desta região, este artigo objetiva construir uma historicidade do processo de exclusão social que propicie a realização de reflexões e questionamentos que auxiliem no encontro de caminhos para o desenvolvimento rural sustentável do litoral paranaense.

## ABORDAGEM METODOLÓGICA

A região que este artigo aborda é o litoral paranaense, que é constituído por sete municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, que representam apenas 3% da superfície do Estado do Paraná.

Situado na porção oriental do Estado, compreende parte da Serra do Mar e a Planície Costeira. Limita-se ao norte com o Estado de São Paulo, ao sul com o Estado de Santa Catarina, a leste com o Oceano Atlântico e ao oeste com a denominada Serra do Mar (LEAL, 2000). As classificações demográficas consideram que os municípios do litoral formam a Microrregião Homogênea de Paranaguá (Figura 1), que por sua vez se encontra inserida na Mesorregião Metropolitana de Curitiba (IPARDES, 2004).



FIGURA 1 – Microrregiões geográficas do Estado do Paraná

Talvez a característica mais marcante desta região foi a capacidade que ela teve de conservar a sua biodiversidade natural, sendo que atualmente a região possui mais de 80% de sua área dentro de Unidades de Conservação (UCs) (RODRIGUES, 2002). Esta característica, de possuir uma parte representativa do seu território dentro de UCs, tem exercido forte influência sobre a história recente e dinâmica social do litoral paranaense.

Para a construção da historicidade do processo de exclusão social desta região, metodologias de caráter interdisciplinar surgem como caminhos naturais a serem percorridos. Nesta pesquisa foram utilizadas técnicas e metodologias que se apoiaram prioritariamente na pesquisa qualitativa, baseada em diferentes abordagens metodológicas, apresentadas a seguir, que não necessariamente foram executadas seguindo a ordem apresentada, mas muitas vezes ocorreram concomitantemente.

#### **a) Revisão de literatura**

Foi realizada uma abrangente revisão de literatura em livros, periódicos, jornais locais, entre outras fontes, que possibilitou a abertura de horizontes e uma melhor compreensão da história desta região. Também foram levantadas informações em bases secundárias, principalmente em documentos produzidos por instituições públicas como o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), sobre o processo histórico de ocupação da região estudada e sobre as transformações sociais e políticas recentes.

#### **b) Incursões**

Foram realizadas uma série de excursões, durante o ano de 2005, baseadas em técnicas de observação-participante, a diferentes localidades do litoral paranaense, cujo objetivo principal não era a coleta de dados ou a interferência nos processos existentes, e sim a percepção por parte dos pesquisadores das diversas dimensões existentes dentro das comunidades visitadas (FAO/INCRA, 1999; BORSATTO et al. 2007b).

Nesta etapa do projeto foram realizadas visitas – que duravam de 1 a 4 horas cada – a produtores rurais e suas associações e cooperativas, representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs), pesquisadores, extensionistas e representantes do setor público e de empresas privadas, agências de extensão rural, unidades de conservação ambiental e outros locais considerados de importância para o aprimoramento da compreensão sobre a realidade agrária do litoral paranaense.

Todas as visitas foram realizadas em grupo durante as quais eram realizadas conversas entre os pesquisadores e os protagonistas locais, sem um roteiro pré-definido, para que não fosse direcionada, de forma contundente, a fala das pessoas contatadas.

Durante as conversas eram abordados temas diversos, que forneciam dados históricos,

sociais, econômicos, ambientais, fundiários, institucionais.

As percepções, de cada integrante do grupo eram anotadas individualmente em cadernos de campo. Após as visitas as anotações eram centralizadas, discutidas e se elaboravam relatórios únicos referentes a cada local visitado, onde se buscava registrar todas as percepções coletadas.

#### **c) Entrevistas com instituições**

No decorrer do ano de 2006, foram também realizadas entrevistas semi-estruturadas com representantes de instituições cujas atuações interferem diretamente na dinâmica agrária do litoral.

Foram entrevistados, no total, os representantes de sete instituições que atuam no litoral, sendo elas: Conselho de Desenvolvimento do Litoral (COLIT), Conselho Regional do Desenvolvimento Rural, Pesqueiro, e do Artesanato do Litoral Paranaense (CORDRAP), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), IBAMA, Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e Universidade Federal do Paraná – campus Litoral (UFPR-Litoral).

Por fim, este artigo se constrói por meio de uma análise dialética das informações coletadas pelas diferentes metodologias descritas, fato que propicia que todas as afirmações a frente descritas passaram por processos de questionamentos e foram corroboradas por mais de uma fonte, o que possibilita uma maior confiabilidade as inferências realizadas.

### **A CONFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS**

O litoral pode ser considerado o berço da civilização paranaense, e conserva, até hoje, um vasto patrimônio cultural e natural (LEAL, 2000). Originalmente a região era território dos índios tupi-guaranis, e começou a ser colonizada a partir do século XVI pelos europeus interessados na exploração do ouro aluvial dos rios do Litoral Norte. Iniciou-se a miscigenação das populações indígenas presentes com os portugueses e, posteriormente, com as populações negras, fator que originou uma nova formação cultural e social, cujos integrantes comumente são chamados de caízaras (RAYNAUT et al., 2002; RODRIGUES, 2002; ESTADES, 2003).

A falência da mineração como modelo de exploração econômica e a exportação da grande maioria das riquezas extraídas da região relegaram-na a uma situação marginal. Até o início do século XVIII os principais protagonistas econômicos da região eram fiscoadores de ouro em busca de fortuna, enquanto os demais se dedicavam às atividades que propiciavam a subsistência da população local, como: produção da mandioca, arroz, cana-de-açúcar, banana, milho, coleta de produtos silvestres, caça e pesca (MARCHIORO, 1999; RAYNAUT et al., 2002; RODRIGUES, 2002).

RODRIGUES e TOMMASINO (2005) citam que os sistemas de produção que se estabeleceram na região durante os séculos XVIII e XIX caracterizavam-se por unidades que utilizavam mão-de-obra escrava convivendo junto a

agricultores livres, que podem ser englobados em três grandes categorias:

- os agricultores livres com propriedades menores que 200 ha e que perfaziam mais de 90% das propriedades agrícolas da região;

- os agricultores escravistas que possuíam de 1 a 10 escravos com propriedades com área acima de 100 ha e representavam 9% das explorações agrícolas;

- as grandes explorações escravistas com mais de 10 escravos e áreas superiores a 200 ha representando 1% das explorações.

As condições naturais (o relevo do litoral paranaense se caracteriza por uma estreita faixa de planície litorânea “cercada” pela Serra do Mar e pelo Oceano Atlântico) contribuía para impor significativas restrições ao desenvolvimento de novas atividades na região, pois a sua localização geográfica a isola nas diversas frentes, sendo a saída para o mar uma das poucas opções de ligação com as demais regiões.

Apesar do relativo isolamento da região e da grande autonomia alimentar e material em relação ao exterior, ocorreu um processo lento e gradual de diferenciação social, em que os agricultores que se apropriaram das terras de melhor qualidade e as pessoas que obtiveram sucesso com as atividades auríferas se tornaram uma elite dominante que acumulava capital e os meios de produção (RAYNAUT et al., 2002).

A situação só começou a mudar com a explosão da “Laje do Cadeado”, na Serra do Mar, que possibilitou a construção do caminho do Itupava e propiciou uma ligação do litoral com o Planalto. Com o estabelecimento desta nova rota comercial a erva-mate, que já possuía uma relevante importância econômica no planalto, pôde começar a ser beneficiada no litoral e exportada via porto de Paranaguá; após 1830 se instalaram diversos engenhos de soque em Paranaguá, Antonina e Morretes (MARCHIORO, 1999).

Com este desenvolvimento industrial, a agricultura também se desenvolveu na região, principalmente nas grandes explorações escravistas, baseada em produtos que eram produzidos em larga escala, com mão-de-obra escrava e destinados à exportação, principalmente o arroz, café e açúcar. Após a abolição da escravatura no final do século XIX, este modelo produtivo entrou em crise, que foi disseminada por toda a região, afetando também a sua estrutura social (MARCHIORO, 1999; ESTADES, 2003).

Um acontecimento de importância, que influencia até os dias de hoje as questões agrárias da região, foi a política de assentamento de colonos europeus, não portugueses, no século XIX. Estes projetos de assentamento eram patrocinados pelo governo da província do Paraná em colaboração com o governo imperial e realizados por empresas colonizadoras que recebiam terras do estado para assentar os colonos (MARCHIORO, 1999).

Os núcleos litorâneos de Morretes e Alexandra foram os primeiros que receberam os imigrantes italianos, porém as dificuldades de adaptação ao clima e de acesso à Curitiba - que já começava a despontar como o maior centro consumidor do estado - foram fatores que determinaram preponderantemente o insucesso desses assentamentos, e motivaram a

transferência de diversos colonos para a região do Primeiro Planalto. Os que permaneceram no litoral adotaram muitos dos valores e características culturais das populações caiçaras (MARCHIORO, 1999; RAYNAUT et al., 2002).

### **O CICLO BANANA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM EXCLUSÃO SOCIAL**

Entre o final do século XIX e início do século XX, na Argentina e no Uruguai, países cuja economia estava em crescimento devido à exportação de carnes e cereais para a Europa, emergiu uma forte demanda pela banana produzida na região do litoral paranaense. A banana, que até então era uma cultura de subsistência para a população local, passou a ser o produto agrícola de maior importância econômica do litoral, devido à proximidade deste com os países do Prata. Iniciou-se um ciclo de prosperidade que atraiu fluxos migratórios que, entre 1890 e 1910, duplicaram a população, proporcionaram uma reorganização da sociedade agrária local e estabeleceram uma nova estrutura social (ESTADES, 2003).

Devido à situação econômica e fundiária precária, a maioria dos pequenos agricultores não conseguiu tirar proveito desta nova dinâmica econômica e social que ocorria, e continuou a praticar uma agricultura que visava somente a segurança alimentar da família e independente da lógica mercantil.

Poucos agricultores – os que conseguiram acumular capital e meios de produção anteriormente – e uma pequena elite de intermediários - que controlava o transporte e a comercialização da banana – aproveitaram as oportunidades advindas do novo mercado. Nesta nova estrutura social os pequenos agricultores serviam de mão-de-obra barata para as propriedades maiores, em substituição aos escravos libertados (RAYNAUT et al., 2002; RODRIGUES e TOMMASINO, 2005).

Com este ciclo de prosperidade, todas as terras agricultáveis de boa qualidade e próximas dos rios - por onde a banana era transportada – foram rapidamente incorporadas ao sistema de produção em detrimento da floresta. Os pequenos agricultores geralmente produziam banana de baixa qualidade, nas serras, e enfrentavam grandes dificuldades de transporte da produção (MARCHIORO, 1999; RAYNAUT et al., 2002; RODRIGUES, 2002).

MARCHIORO (1999) cita que até a ocupação de todas as áreas agrícolas “a banana era cultivada no sistema de plantio itinerante, após um período de pousio em torno de 20 a 25 anos, tempo necessário para ocorrer a reciclagem dos nutrientes acumulados na biomassa”.

Este modo de cultivo foi drasticamente alterado, pois para atender as demandas do mercado, intensificou-se o uso da terra, com o encurtamento do período de pousio – que foi sendo gradualmente reduzido para menos de seis anos – levando a um menor acúmulo de biomassa no solo com influência direta na diminuição da fertilidade natural. Como consequência ocorreu a diminuição dos rendimentos agrícolas e da produtividade do trabalho, e estabeleceu-se uma forte crise, que culminou com a concorrência da banana oriunda do litoral paulista e ocasionou, no início da década

de 1940, o fim das exportações da banana paranaense (RAYNAUT et al., 2002; ESTADES, 2003).

Esta crise atingiu de forma mais contundente os pequenos agricultores, os comerciantes e os trabalhadores assalariados que dependiam do trabalho proporcionado nas grandes propriedades exportadoras de banana para a sua sobrevivência, obrigando-os a buscar novas alternativas (RAYNAUT et al., 2002).

Com a evolução da cultura do café para exportação no Norte do Paraná, ocorreu um surto de melhoria na estrutura portuária de Antonina e Paranaguá e em suas vias de acesso. Este fato propiciou um forte fluxo migratório, no período compreendido entre 1930 e 1950, em direção a estas cidades, principalmente de pequenos agricultores que abandonavam a área rural para procurar emprego na cidade (MARCHIORO, 1999).

Os que continuaram no campo seguiram caminhos diversos. Os colonos italianos estabelecidos na região de Morretes – mais especificamente em áreas de planícies aluvionais – começaram a produzir verduras para abastecer o crescente mercado consumidor dos pólos urbanos.

Devido à crise da banana, os agricultores patronais dispensaram em grande parte os serviços prestados pelos pequenos agricultores que estavam estabelecidos nas regiões de serras e que ainda permaneciam no campo. Estes agricultores continuaram a produzir banana e mandioca, em sistema de pousio, voltados principalmente para o consumo familiar e mercado regional, pois continuavam sem acesso ao capital necessário para modificar o seu sistema de produção, o que os obrigou a buscar novos caminhos para complementar a sua renda. O caminho encontrado foi a extração de palmito, espécie vegetal de ocorrência natural, com grandes estoques disponíveis na região (MARCHIORO, 1999; RAYNAUT et al., 2002).

Porém, paradoxalmente, esta solução tornou estes agricultores ainda mais dependentes dos agricultores patronais e dos comerciantes, pois estes dominavam todo o processo de comercialização e transporte do palmito. Muitos destes agricultores acabaram por abandonar os seus cultivos tradicionais em benefício da extração de palmito (RAYNAUT et al., 2002).

### **ESTADO, LATIFÚNDIO E ONGS: O ESQUECIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS**

Novas transformações significativas na realidade agrária do litoral paranaense começaram a ocorrer a partir do final de década de 1960 e início da de 1970. Contribuíram para estas mudanças uma série de intervenções dos poderes públicos, tais como: políticas de incentivos fiscais para estabelecimentos de atividades agroflorestais, políticas públicas de incentivo à pecuária, abertura da BR 277 que liga Curitiba a Paranaguá e da PR 405 entre Antonina e Guaqueçaba.

Este processo estimulou o estabelecimento de grandes latifúndios no litoral paranaense, por meio da apropriação de terras devolutas ou cuja

posse era dos agricultores locais (que foram obrigados a migrar para as cidades), onde foram desenvolvidas novas atividades econômicas, como a extração de madeira e palmito, criação de búfalos, produção de café (RAYNAUT et al., 2002; ESTADES, 2003; RODRIGUES e TOMMASINO, 2005).

Neste período modificou-se ao mesmo tempo o padrão de transporte da região (que passou do marítimo para o rodoviário), a estrutura agrária (concentração fundiária), os sistemas agrícolas (introdução do búfalo), a dinâmica do extrativismo (acelerou a coleta de palmito e xaxim) e a dinâmica de ocupação dos espaços (anteriormente determinada pelo acesso aos rios) (RODRIGUES, 2002).

RAYNAUT et al. (2002) ao sintetizarem a complexidade destes processos, que ocorreram entre o final dos anos 1960 e início dos anos de 1980 e influenciaram determinadamente a realidade agrária da região, evidenciaram três grandes tendências:

a) a aparição de novos atores externos cuja maioria seguia estratégias de acumulação de capital vinculadas a “captação da renda fundiária” (subsídios públicos, valorização futura da terra) em detrimento das atividades produtivas;

b) predomínio do extrativismo de madeira e palmito no litoral norte, e o desenvolvimento de uma agricultura tecnificada e intensiva em capital no litoral sul;

c) um forte processo de marginalização econômica e social da maioria dos pequenos agricultores e pescadores locais, acompanhados de conflitos entre os novos latifundiários e os pequenos agricultores expulsos das áreas que exploravam há muito tempo.

Uma conseqüência nefasta das transformações ocorridas neste período foi a forte degradação dos ecossistemas locais; ocasionada pela exploração excessiva dos palmitais nativos, desmatamentos de grandes áreas florestais para implantação de pastos e pelo fomento de uma agricultura poluidora dependente de agrotóxicos (RODRIGUES, 2002; RODRIGUES et al., 2003; TOMMASINO, 2005).

No início da década de 1980, ao perceber a grande degradação ambiental proporcionada pelos latifúndios concomitante à pressão da sociedade preocupada com extinção da Mata Atlântica, os poderes públicos elaboraram e executaram uma política de proteção ambiental para a região. Esta política consistiu em implantar uma série de unidades de conservação, com variados regimes que limitavam o uso da terra, impedindo principalmente o desmatamento de novas áreas e a intensificação dos processos produtivos (RAYNAUT et al., 2002; ESTADES, 2003).

Mais uma vez impôs-se na região uma política “de cima para baixo”, isto é, sem ouvir e considerar as idéias e opiniões das comunidades locais, principalmente das mais pobres.

Apesar de trazer alguns benefícios ambientais, esta política afetou de sobremaneira a dinâmica produtiva dos pequenos agricultores locais, que historicamente, de forma consciente ou inconsciente, foram os principais responsáveis pela

preservação ambiental da região<sup>1</sup>. Eles foram obrigados a implementar novas atividades e práticas agrícolas (utilizar agrotóxicos, introduzir espécies exóticas) para compensar as restrições impostas pela nova legislação (impossibilidade da prática de pousio, proibição do extrativismo), fatos que pioraram a sua situação de penúria. Os latifúndios se viram obrigados a parar a ampliação das áreas de pastagem.

RAYNAUT et al. (2002) concluem que: "(...) por um lado a política ambiental obteve um relativo sucesso em controlar as agressões ambientais ocasionadas pelos latifúndios, de outro, se mostrou incapaz de reverter o quadro de pauperismo histórico vivido por grande parte das populações locais".

O efeito negativo deste processo, principalmente para os pequenos agricultores, se torna mais evidente quando se considera que o objetivo dos latifundiários que se instalaram na região a partir da década de 1960 não era obter lucro com o processo produtivo, mas obter a posse da terra. Estudos já evidenciaram esta lógica da especulação imobiliária das fazendas de búfalos da região (MARCHIORO, 1999; TOMMASINO, 2002).

Apesar de no início as restrições impostas pelas legislações ambientais constituírem-se obstáculos para os criadores de búfalos, com o passar dos anos, tornaram-se fator de valorização do capital fundiário. O processo de realização do lucro, pelos latifundiários, começou a se viabilizar a partir de meados da década de 1990, quando após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) e a possibilidade de vigorar o Protocolo de Quioto, ONGs conseguiram financiamentos de grandes empresas para adquirir grandes áreas na região. Estas áreas eram compradas com o intuito de serem reflorestadas por meio do plantio de espécies nativas, o que proporcionaria a obtenção de créditos de carbono que poderiam ser comercializados no mercado internacional<sup>2</sup> (TEIXEIRA, 2005; TOMMASINO, 2005; SPVS, 2006).

Depois do ouro, arroz, mandioca, banana e búfalo, naquele momento o crédito de carbono se tornou a "commodity da vez" na região do litoral paranaense.

Os latifundiários que estavam a espera de uma possível valorização de suas terras pelo calçamento da PR 405 ou por um novo traçado da BR 101, verificaram a valorização ocorrer pela especulação imobiliária, propiciada pelo interesse de ONGs em suas terras. A partir deste momento os interesses especulativos se assentaram sobre as questões ambientais (TOMMASINO, 2005).

Este processo de recuperação ambiental se estabeleceu inicialmente nos municípios de Guaqueçaba e Antonina, nas áreas - que em sua grande parte eram antigas fazendas de búfalos - adquiridas pela Fundação "O Boticário" em 1994 e pela SPVS a partir de 1999, para a implantação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs).

Em visitas realizadas à região (BORSATTO, 2007b), ficou evidente que a evolução desta sustentabilidade ecológica não se reflete na sustentabilidade social, opinião que é corroborada por TOMMASINO (2005), que em seus levantamentos de campo verificou que apesar da esperança suscitada pelas ONGs; entre a população rural da região predomina uma situação de pobreza e indigência social, sem perspectivas de modificação no curto e médio prazos.

Este processo de implantação de RPPNs pelas ONGs restringe em muito o uso da área, alijando os pequenos agricultores que anteriormente se aproveitavam de alguma maneira das áreas (seja por emprego temporário nas fazendas de búfalo, seja por extrativismo), mas que agora não possuem mais esta possibilidade para auxiliá-los em sua reprodução social.

Ao se analisar criticamente a Tabela 1, que sumariza a história do litoral, é possível encontrar as distorções nas formas de apropriação dos recursos naturais, a inadequação das políticas desenvolvidas pelo poder público, a marginalização dos pequenos agricultores, o desrespeito à biodiversidade, a tendência de simplificação dos sistemas produtivos, a desregulamentação fundiária, entre tantos outros fatores que determinam os riscos econômicos, os conflitos sociais e os desequilíbrios ambientais presentes na região.

## REFLEXÕES FINAIS

A agricultura familiar no Brasil sempre foi um segmento da sociedade excluído das políticas públicas, ocupando um lugar subalterno e secundário na sociedade brasileira, sendo classificado por WANDERLEY (1995), como um setor historicamente "bloqueado", impossibilitado de expressar todo o seu potencial. Nesta abordagem histórica sobre o meio rural do litoral paranaense as conclusões a que se chegou corroboram esta classificação. Foi possível verificar que os pequenos agricultores desta região, em geral, não foram beneficiados pelas políticas públicas, pelo contrário, na maioria das vezes foram os maiores prejudicados.

<sup>1</sup> Não temos o intuito de afirmar que os pequenos agricultores são os patronos da natureza, ou que sua atuação sobre o ambiente não causa modificações neste, porém é evidente que os agricultores patronais que se instalaram na região impuseram uma forte degradação ambiental, infinitamente maior que a historicamente imposta pelos pequenos agricultores tradicionais, cuja relação com a região supera o exclusivo interesse econômico.

<sup>2</sup> As plantas, por meio do processo da fotossíntese, têm a capacidade de absorver CO<sub>2</sub> da atmosfera e fixá-lo em suas estruturas. Sendo o CO<sub>2</sub> um dos principais gases causadores do efeito estufa, grandes empresas poluidoras começaram a financiar projetos de preservação ambiental com o intuito de "seqüestrar" CO<sub>2</sub> atmosférico, deste modo elas obtêm "créditos de carbono" que podem ser comercializados no mercado internacional, propiciando que as empresas continuem a aumentar os seus níveis de poluição atmosférica, pois em contrapartida estão seqüestrando CO<sub>2</sub> em outra parte do planeta, geralmente em países não desenvolvidos. Este mecanismo de "créditos de carbono" foi regulamentado pelo protocolo de Protocolo de Quioto.

TABELA 1 – Quadro esquemático da história do litoral paranaense

Sistema agrário	Características fundamentais
Nos séculos XVI e XVII	Território tupi-guarani Início da colonização portuguesa Exploração do ouro aluvial Conformação da população caiçara Região marginalizada de difícil acesso
Nos séculos XVIII e início do XIX	Grande número de agricultores livres Explorações agrícolas escravistas Processo de diferenciação social Sistemas de produção baseados em grandes períodos de pousio. Utilização das planícies aluviais para produção de arroz, milho, banana, cana, mandioca, feijão, café
Final do século XIX até 1930	Fim da escravatura Falência do modelo de produção baseado em mão-de-obra escrava Núcleos de colonização não portuguesa Desenvolvimento econômico propiciado pela bananicultura
Décadas de 1940, 1950 e 1960.	Fim do ciclo da banana Êxodo rural Aumento da extração de palmito Estagnação econômica
Década de 1970 até meados da década de 1980	Políticas públicas de desenvolvimento excludentes Especulação fundiária Incentivos a pecuária Introdução do búfalo Abertura da BR-277 e da PR-405 Aumento da degradação ambiental Forte processo de marginalização econômica e social dos pequenos agricultores e pescadores Intensificação dos conflitos agrários
Meados da década de 1980 em diante	Políticas de preservação ambiental Criação de diversas Unidades de Conservação Comercialização de créditos de Carbono Aquisição de grandes áreas por ONGs Pequenos agricultores são considerados empecilho para a preservação ambiental. Aumento da pobreza na área rural

A começar, quando se estabeleciam em uma determinada área, eram expulsos pouco tempo depois pelo grande latifundiário (primeiro o escravista, posteriormente o bananicultor patronal) que alegava ter o direito àquela propriedade, direito este, na maioria das vezes, obtido de forma ilegítima por meio de conluíus com o poder público e cartórios (MARCHIORO, 1999; TOMMASINO, 2005). Estes pequenos agricultores que abriram a mata e cultivaram a terra buscando uma forma digna de se reproduzir socialmente, foram sendo empurrados para áreas cada vez mais distantes e marginais, geralmente de baixa aptidão agrícola; ou então, se viam obrigados a tornarem-se empregados destes grandes agricultores, sendo explorados sem direito a uma remuneração que garantisse uma vida apropriada aos seus familiares. Os que não conseguiram emprego na área rural tentaram a vida cidadina, onde pelo seu baixo grau de instrução ficaram relegados a trabalhos braçais, geralmente esporádicos e de baixa remuneração.

As políticas públicas da segunda metade do século XX continuaram a beneficiar somente ao grande agricultor patronal por meio de créditos e subsídios. Estes grandes agricultores aproveitaram estas benesses governamentais para expandir os seus domínios, voltando a pressionar os pequenos agricultores que resistiam até então.

Na década de 1980 a sociedade brasileira começou a se despertar para a importância da conservação ambiental e por isso o poder público voltou seus olhos para os valiosos remanescentes naturais da região, mas mais uma vez não conseguiu enxergar os seus pequenos agricultores. Incentivou-se a manutenção do latifúndio, agora justificado por projetos de conservação ambiental com o intuito de captar carbono atmosférico para que grandes empresas possam perpetuar o seu *modus operandi*.

Deste modo, paradoxalmente o litoral paranaense tem hoje a nobre função de ajudar na manutenção da vida na Terra, porém por meio do sacrifício de sua população historicamente excluída.

Chega o momento de mudar este panorama e encontrar um caminho para o desenvolvimento local que consiga concomitantemente conservar o meio ambiente e propiciar uma qualidade de vida digna para os pequenos agricultores.

Algumas certezas já estão postas. Ao se analisar alguns erros do passado, constata-se que um desenvolvimento rural que beneficie de forma ampla os protagonistas do meio rural, principalmente os historicamente excluídos, não é possível de ser alcançado por meio de:

a) um modelo agrícola baseado no latifúndio monocultor;

b) uma agricultura intensiva, altamente dependente de insumos industriais;

c) políticas agrícolas que visem atender exclusivamente nichos de mercado;

d) por ações de preservação ambiental que cerquem grandes áreas e não tragam benefícios às comunidades locais;

e) políticas ambientais e agrárias que não consigam compreender as necessidades dos pequenos agricultores;

f) ações pontuais de escopo restrito.

Em visitas a região é possível encontrar diversos agricultores familiares que já vislumbraram este caminho; praticam uma agricultura de baixo impacto ambiental que poderia garantir sua reprodução social, se fossem apoiados do mesmo modo como os grandes latifundiários foram (BORSATTO, 2007; BORSATTO et al., 2007b).

Urge a necessidade de pôr em prática políticas que incentivem estes pequenos agricultores a continuar sua caminhada de produzir alimentos sem agrotóxicos e fertilizantes solúveis. Estas políticas precisariam ser abrangentes e holísticas em seu escopo para não incorrer no erro de resolver um problema e aumentar outro. Precisam-se resolver as questões fundiárias, as demandas educacionais e de infra-estrutura, desenvolver um programa de incentivos à produção agrícola de base ecológica e estender o vasto conhecimento gerado em universidades e institutos de pesquisa a esta população.

As propostas desenvolvimentistas para a região precisam se apoiar em estratégias de “desenvolvimento endógeno”, nas quais os agricultores locais, articulados com uma rede

interinstitucional e apoiados por políticas públicas, encontrem caminhos que permitam a sua reprodução social de forma digna (CAPORAL e COSTABEBER, 2000, 2002; BORSATTO et al., 2006).

Como objetivo prático, estas estratégias devem propiciar a estes pequenos agricultores resiliência às oscilações de preços, às intempéries climáticas, ao ataque de pragas e doenças em suas lavouras e aos demais males que podem afligir o seu modo de vida.

Por fim é possível propor algumas premissas que devem ser seguidas ao se conceber projetos para o desenvolvimento da região:

a) os pequenos agricultores devem se constituir um foco prioritário das políticas para a região, pois somente dentro de seu “modo de vida” é possível estabelecer um processo de desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, socialmente, economicamente e ambientalmente sustentável;

b) faz-se mister a organização social (cooperativas e/ou associações) das comunidades locais para que estas possam encontrar caminhos socialmente incluídos para o seu desenvolvimento.

c) os projetos para a região devem ser concebidos em conjunto com a população local e pautados pelas suas demandas;

d) a educação ambiental deve constituir o cerne destes projetos;

e) deve-se buscar soluções endógenas para o desenvolvimento regional, evitando incorrer no erro de projetos mirabolantes e homogeneizadores;

f) deve-se respeitar as diferentes características culturais da população local.

## REFERÊNCIAS

1. BORSATTO, R.S. **Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense**. Curitiba, 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia – Produção Vegetal) - Universidade Federal do Paraná.
2. BORSATTO, R.S.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; MOREIRA, S.S.; FONTE, N.N.; FIDELIS, L.M.; OTTMANN, M.M.A. Agroecologia e valorização de novas dimensões no processo de reforma agrária: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger. **Informações Econômicas**, v. 37, n. 8, 2007a.
3. BORSATTO, R.S.; FONTE, N.N.; WISNIEWSKI, C.; ADÃO, W.C.; OTTMANN, M.M.A. Um novo paradigma para a aprendizagem da complexidade das relações água/solo/planta/atmosfera **Semina: Ciências Agrárias**, v. 28, n. 3, p. 399-408, 2007b.
4. BORSATTO, R.S.; OTTMANN, M.M.A.; FONTE, N.N. Biorregionalismo: desenvolvimento rural respeitando as diferenças. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, n. 12, v. 7, p. 93-100, 2006.
5. CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, p. 16-37, 2000.
6. CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.
7. ESTADES, N.P.O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 8, p. 25-41, 2003.
8. FAO/INCRA. **Análise diagnóstica de sistemas agrários**: guia metodológico. Brasília, 1999. 85 p.
9. IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2004. 219 p. 1 CD-ROM.
10. LEAL C.T. Conselho do litoral: gestão democrática do espaço costeiro. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 99, p. 83-95, 2000.

11. MARCHIORO, N.P.X. **A sustentabilidade dos sistemas agrários no litoral do Paraná: o caso de Morretes**. Curitiba, 1999. v. 1. 285 f. Tese. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.
12. RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA P.C. O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver? In: RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA P.C.. (Eds.) **Desenvolvimento & Meio ambiente**: em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 235-248
13. RODRIGUES, A. dos S. **A sustentabilidade da agricultura em Guaraqueçaba: o caso da produção vegetal**. Curitiba, 2002. 227 f. Tese. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.
14. RODRIGUES, A. dos S.; TOMMASINO, H. Os sistemas agrários e agrícolas em Guaraqueçaba. In: RODRIGUES, A. dos S (Org.) **As condicionantes da sustentabilidade agrícola em uma área de proteção ambiental**: a APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IAPAR, 2005. p. 51-82.
15. RODRIGUES, A. dos S.; TOMMASINO, H; FOLADORI G.; GREGORCZUK, A. É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do Brasil. **Ambient. soc.**, v. 6, n. 1, 2003 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2003000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 Out 2007.
16. SPVS. **História**. Disponível em: <[http://www.spvs.org.br/spvs/spv\\_historia.php](http://www.spvs.org.br/spvs/spv_historia.php)>. Acesso em: 01 de jul. 2006.
17. TEIXEIRA, C.O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a "naturalização" do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005.
18. TOMMASINO, H. **Insustentabilidade ou sustentabilidade "ponte": análise da produção animal no município (APA) de Guaraqueçaba**. Curitiba, 2002. 257 f. Tese. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.
19. TOMMASINO, H. A crise da criação de búfalos em Guaraqueçaba: do "ouro negro" ao "ouro branco" e ao seqüestro de carbono. In: RODRIGUES, A. dos S (Org.) **As condicionantes da sustentabilidade agrícola em uma área de proteção ambiental**: a APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IAPAR, 2005. p. 113-132.
20. WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 25, n. 2-3, p. 37-68, 1995.

Recebido em 16/04/2007

Aceito em 01/11/2007

